



**DOCUMENTO DE ESTRATEGIA PAÍS
BRASIL 2024-2026**

Índice

1. RESUMO.....	4
2. Estrutura Analítica	7
Breve Cronologia Econômica	7
Décadas de crescimento econômico moderado devido à baixa produtividade	9
Assimetrias e desigualdades regionais	9
Brasil: um país continental onde o foco de desenvolvimento está nas cidades	11
Desafios da Inclusão e Diversidade	12
3. CAF no Brasil	13
Operações Soberanas	15
Operações não soberanas	15
Operações de Cooperação Técnica.....	16
4. Estratégia Brasil 2024-2026	16
#Cidades resilientes.....	18
Segurança hídrica	19
Mobilidade urbana	20
Transformação Digital.....	20
Conglomerados, Cadeias de Valor e Economias Criativas.....	21
Economia Azul	22
Capital de Empreendedor	22
Capital humano e saúde	22
#Amazônia	23
Conservação da biodiversidade e dos ecossistemas.....	24
Promover um ambiente compatível com a bioeconomia.....	25
Promover a geração de conhecimento sobre desenvolvimento produtivo com baixo impacto ambiental.....	25
#Energia-limpa	25
#Integração	27
Transporte.....	29
Transformação Digital.....	29
Interconexão e transição energética justa	30

Desenvolvimento Econômico das Comunidades Fronteiriças	30
Construção de consenso político e canalização de recursos extrarregionais.....	30
# Inclusão & Igualdade.....	31
Igualdade Racial, Povos Indígenas e Diversidade Cultural	31
Inclusão de pessoas com deficiência	32
Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres	32
5. Referências	34

1. RESUMO

Com uma área de 8.510.418 km², dos quais 7.200 km se encontram na costa atlântica; fronteiras compartilhadas com todas as nações do subcontinente, exceto Equador e Chile; e uma população de 212.586.750 pessoas, o Brasil é um gigante americano com importância geoestratégica global.

Composto por 5.572 municípios e 27 unidades federativas, o país é uma das maiores federações do planeta, onde 85% da população vive em áreas urbanas, criando ambientes favoráveis para investimentos, acesso a serviços de qualidade e desenvolvimento.

Metade do PIB do Brasil é gerada por 82 cidades (~1,5% do total de municípios). As cidades brasileiras de médio porte, em geral, caracterizam-se pela confluência de iniciativas públicas e privadas, capitais nacionais e internacionais, criando condições propícias ao desenvolvimento, ainda que avançar no ritmo desejado exija ações decididas para superar as lacunas existentes entre aglomerados humanos, cidades, estados e regiões.

O Brasil está segmentado em cinco regiões administrativas: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Essas regiões apresentam ritmos de crescimento e produtividade distintos, sendo as mais desenvolvidas no Sul e Sudeste, e as menos no Norte e Nordeste. O Centro-Oeste, por sua vez, cresce a taxas intermediárias, embora com tendência à aceleração.

O dualismo Norte-Sul, em que o eixo Sul avança rapidamente rumo à urbanização, prosperidade e bem-estar da população, enquanto o Norte apresenta um progresso lento e difícil, reflete-se em marcadas desigualdades socioeconômicas e índices de pobreza diferenciados. Uma das razões para o atraso relativo da região Norte está ligada ao fato de ela ser ocupada, quase em sua totalidade, pelo bioma amazônico. Reconhecida por seu valor bioestratégico único, a Amazônia é um imenso sumidouro de carbono, lar de centenas de milhares de espécies de fauna e flora, além de um importante reservatório de água doce. Essas características fazem da região um patrimônio bioestratégico de um planeta que exige veementemente a conservação e restauração da Amazônia diante do iminente aquecimento global e suas consequências desastrosas.

A equalização da produtividade e do desenvolvimento entre as regiões exigirá a equiparação do PIB e a melhoria da qualidade do gasto público. Isso será alcançado por meio de planos, projetos e ações que permitam aproveitar as condições intrínsecas dos territórios em benefício próprio, respeitando os limites impostos pela preservação dos recursos bioestratégicos de cada região, para atender às necessidades diferenciadas das populações em diferentes ambientes. Nesse sentido, a aceleração do crescimento da infraestrutura será fundamental, pois o acesso ampliado e melhorado da população a serviços de saúde, habitação, educação, mobilidade, entre outros, depende dela.

O Brasil destaca-se por seu ecossistema financeiro, bancário, institucional privado, acadêmico, corporativo, digital e empreendedor altamente desenvolvido. Trata-se de uma espécie de "powerhouse", onde inovação, unicórnios, startups, conhecimento e, conseqüentemente, venture capital e outros produtos e serviços financeiros têm se combinado, gerando uma revolução em andamento que está assumindo proporções inesperadas, superando outros players regionais e globais.

Isso torna o país um território fértil para promover a transformação digital e tecnológica, alcançando uma cidadania ampliada, com serviços e produtos mais eficientes, diferenciados e de melhor qualidade. Nesse sentido, o CAF apresenta uma oferta inovadora em termos de transformação digital e cidades inteligentes, com importantes perspectivas de diversificação e crescimento. Também investe em infraestrutura digital vinculada à prestação de serviços de saúde, educação, entre outros.

Além disso, suas operações incluem produtos financeiros e não financeiros, créditos soberanos, quase soberanos e não soberanos, bem como investimentos patrimoniais focados nessa e em outras áreas relacionadas à inovação.

Os bancos privados e, sobretudo, a banca pública de desenvolvimento – BNDES, BRDE, BDMG, BNB, etc. – tornaram-se aliados-chave do CAF para expandir suas operações no país, diversificar os produtos oferecidos e alcançar maior capilaridade, chegando assim a milhares de novos empreendimentos e beneficiários, incluindo municípios sem acesso ao crédito internacional, PMEs, mulheres empreendedoras, projetos verdes e iniciativas voltadas à transformação da matriz energética, sustentabilidade, startups, entre outros.

Reconhecendo essas realidades e buscando fortalecer as operações não soberanas de forma a gerar um impacto mais amplo no desenvolvimento, o CAF decidiu instalar a sede de sua Vice-Presidência de Setor Privado no coração financeiro do Brasil e da região, a cidade de São Paulo.

O Brasil é muito mais do que um jogador regional. É um líder que representa e defende as causas do Sul Global, colocando na agenda planetária iniciativas relevantes como o combate à fome, pobreza e mudanças climáticas; a transição energética justa; a igualdade de gênero; a aceleração da marcha rumo ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); e a redução da desigualdade digital, entre outras. Com suas ações e posições, o Brasil contribui ativamente para construir um futuro mais inclusivo para todas as pessoas, tanto do Norte quanto do Sul, incluindo aquelas que há muito tempo foram invisibilizadas por um desenvolvimento desigual e insustentável.

A agenda internacional do Brasil, impulsionada pelo governo liderado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, possui notáveis sinergias com a estratégia vigente do CAF. Por isso, o banco tem apoiado uma infinidade de esforços liderados por esse país em grandes fóruns mundiais como o G20 e a COP, voltados ao alcance de objetivos comuns, tais como: a aceleração da integração da América Latina e Caribe, a luta contra

a desigualdade, a discriminação e a exclusão; a reforma do sistema financeiro internacional e o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

Ao mesmo tempo, fiel às suas origens e vocação integracionista, o CAF apoia ativamente iniciativas lideradas pelo Brasil que buscam acelerar os processos de convergência e colaboração regional em prol do alcance de objetivos comuns. É o caso do “Consenso de Brasília”, do programa “Rotas para a Integração” e outros similares promovidos no âmbito do Mercosul, CELAC, CARICOM, entre outros. Na mesma linha, o CAF promove parcerias sinérgicas e inovadoras focadas na aceleração do desenvolvimento regional com outros bancos e atores, como o NDB, FONPLATA, BNDES, BID e AIIB.

Nesse contexto, nasce a Estratégia CAF/Brasil 2026, que resume oportunidades relevantes para a ação do banco nos próximos anos, implementadas no marco de uma interação fluida com o governo federal, entidades subnacionais, atores governamentais e não governamentais, o setor privado, entre outros, por meio de contribuições voltadas para:

- A melhoria da produtividade, especialmente no Norte e Nordeste, e a aceleração do ritmo de convergência do desenvolvimento entre regiões;
- A aceleração dos processos de transformação digital nas cidades e a instalação e funcionamento de serviços eficientes e acessíveis para todas as pessoas;
- A consolidação da marca “Banco das Cidades”;
- O desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal;
- A transição energética justa e inclusiva;
- A aceleração de processos liderados pelo Brasil, ligados à integração física, energética, digital, comercial, logística, etc., na América Latina e no Caribe; e
- A redução de desigualdades sociais e brechas históricas.

Com a implementação de sua nova Estratégia Brasil 2026, o CAF pretende continuar avançando por meio de programas, projetos e iniciativas que alcancem grande parte do território nacional, com maior ênfase nas regiões que necessitam de reforços especiais. Para isso, o CAF está ampliando sua rede de vínculos, por meio de novas e renovadas parcerias com todos os níveis de governo – federal, estadual e municipal –, bem como com atores relevantes – bancos de desenvolvimento regionais e extrarregionais, bancos comerciais, organizações governamentais e não governamentais, academia, organismos internacionais, entre outros. Além disso, o banco dispõe de uma variada gama de produtos inovadores e criativos, alinhados com a Estratégia Corporativa CAF 2022-2026 e com o plano de governo do presidente Lula.

A conquista dos objetivos propostos exige redobrar esforços, ações e investimentos no país. Por essa razão, o banco projeta que sua carteira no território dobrará até 2030. Essas projeções são consistentes com o crescimento experimentado pelas operações do CAF nos últimos cinco anos, que somavam US\$ 3 bilhões até o final de 2023.

Para abordar esses objetivos, foram definidos cinco pilares ou eixos que constituem as bases sobre as quais essa Estratégia País foi elaborada.

Estratégia País Brasil 2024-2026

Pilares	Objetivos
#cidades resilientes	<i>Melhorar o ambiente produtivo dos territórios urbanos para promover um desenvolvimento econômico sustentável, inclusivo e adaptado às mudanças climáticas.</i>
#amazônia	<i>Facilitar a infraestrutura sustentável na Amazônia brasileira para aumentar a produtividade verde, fortalecer as comunidades locais e contribuir para a proteção e conservação ambiental</i>
#energia-limpa	<i>Reforçar as infraestruturas para materializar a transição energética e a reativação econômica</i>
#integração	<i>Promover a integração física, digital e energética com os países vizinhos, a fim de posicionar o Brasil como eixo de desenvolvimento econômico na sub-região sul-americana</i>
#Inclusão e igualdade	<i>Apoiar a concepção e implementação de políticas públicas de inclusão, igualdade racial e de gênero.</i>

Este documento está organizado em três seções. A primeira apresenta o marco analítico que serviu de base para a elaboração da Estratégia; a segunda refere-se à atuação do CAF no Brasil durante os últimos quatro anos. Finalmente, a terceira seção descreve os pontos críticos desta Estratégia e as principais linhas de ação em cada um dos seus eixos programáticos.

2. Estrutura Analítica

Breve Cronologia Econômica

O Brasil possui o quinto maior território do mundo e ocupa o sexto lugar em população. O clima subtropical em toda sua extensão permite a ocupação humana permanente e o desenvolvimento econômico de todas as suas regiões. Seu território abriga a maior biodiversidade do planeta. Apenas na região amazônica residem cerca de 30 milhões de espécies animais e 56% das florestas úmidas do mundo. Estas armazenam entre 90.000 e 140.000 bilhões de toneladas de carbono (180 T/ha).

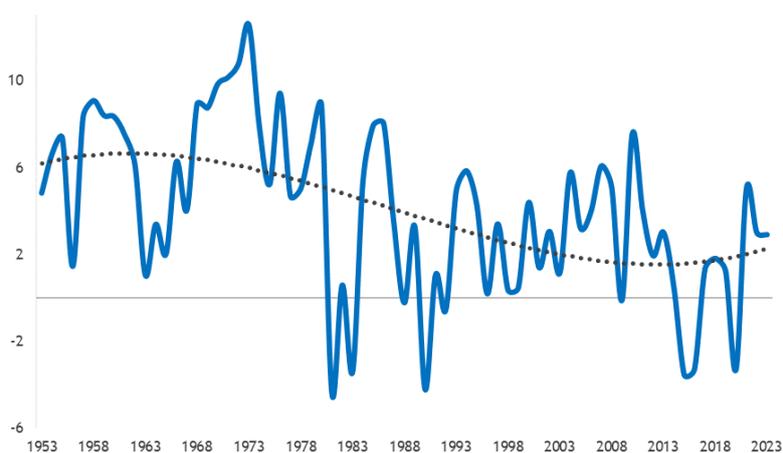
A Amazônia Legal compreende 210 milhões de hectares de áreas protegidas. Seu patrimônio bioestratégico posicionou o país no centro do debate mundial sobre medidas de proteção ambiental e crescimento sustentável. Essa situação condiciona as políticas internas de expansão da fronteira agrícola.

Os recursos possuídos pelo Brasil têm sido a alavanca ativadora do crescimento econômico desde os tempos coloniais. Durante cinco séculos, a economia brasileira esteve ligada à produção agropecuária e mineral. A exceção foi o período de 1968 a 1973 (ditadura militar), quando as políticas de proteção e promoção da indústria nacional

desencadearam um rápido crescimento econômico, rompendo, temporariamente, a dependência de matérias-primas. O reverso das políticas aplicadas manifestou-se em distorções que acabaram minando a sustentabilidade financeira da República. Os anos 1980 transcorreram em meio a turbulências econômicas - hiperinflação, moratória da dívida pública, baixo crescimento - e mudanças políticas relevantes - transição do autoritarismo para a democracia. Em 1994, o país chegou a um ponto de ruptura com a introdução de reformas estruturais que estabeleceram metas de inflação, câmbio flexível e responsabilidade fiscal.

A primeira década do novo século foi marcada pelos altos preços das commodities. O chamado "superciclo" trouxe consigo crescimento e uma notável melhoria do perfil redistributivo da política fiscal brasileira, o que impactou positivamente na redução das desigualdades sociais.

**Gráfico 1. Crescimento econômico nas últimas décadas
(variação anual do PIB)**



Fonte: IBGE

A pandemia adicionou novos desafios ao cenário existente. O Brasil foi um dos países com significativo número de infectados e mortos. No entanto, o impacto da COVID-19 em sua economia foi menor do que o sofrido por outras nações, devido à amplitude das medidas adotadas, que permitiram mitigar os impactos da crise e favorecer o crescimento econômico em 2021.

Em 2023, teve início um novo período institucional. O governo presidido por Luiz Inácio Lula da Silva avançou com um novo arcabouço fiscal para reestabelecer os equilíbrios desajustados por conta da pandemia. Assim, foi apresentado o programa Regime Fiscal Sustentável, com o propósito de aumentar os gastos públicos em matéria social sem comprometer o equilíbrio das contas públicas. Este estabelece uma taxa de crescimento real do gasto público primário sujeito ao comportamento das receitas fiscais, embora limitado a uma margem que estabelece um piso de 0,6% e um máximo de 2,5% ao ano. Com esta iniciativa, o governo demonstrou uma visão pragmática sobre a política econômica, que influenciou na melhora da classificação atribuída pela Fitch (de BB-

para BB) e DBRS Morningstar (de BB low para BB), bem como na elevação da classificação de risco da S&P Ratings (de BB- para BB).

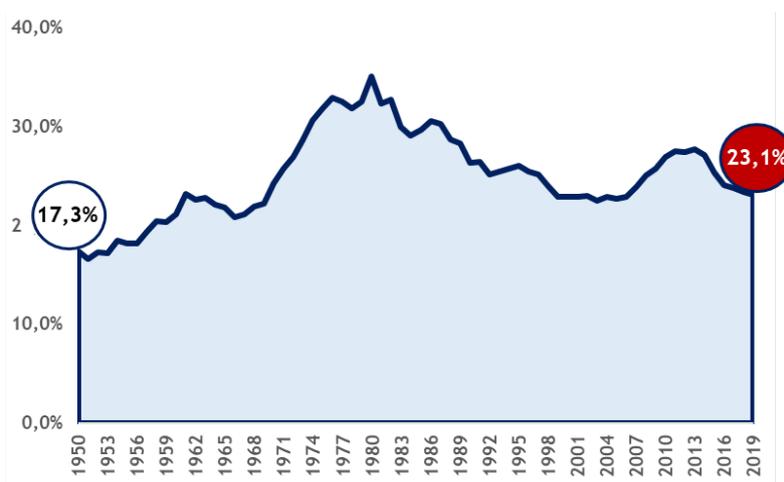
Décadas de crescimento econômico moderado devido à baixa produtividade

A economia brasileira teve um crescimento inferior ao seu potencial, capacidades e recursos nas últimas décadas. Do ponto de vista do PIB per capita, o Brasil é uma economia de renda média, que varia entre US\$ 6.000 e US\$ 12.000 anuais nas últimas quatro décadas. A falta de transição para níveis de renda mais elevados tem retardado o processo de *catching up* produtivo com economias desenvolvidas.

A convergência do PIB per capita brasileiro em relação às economias líderes em tecnologia, tem sido igualmente irregular. Em 1950, a renda per capita nacional correspondia a 17,3% da americana. Nos anos seguintes, conseguiu estabelecer uma dinâmica convergente que elevou essa renda para 37,3% em 1980. Esse ritmo evolutivo se moderou e, eventualmente, reverteu. A partir de 2000, o super ciclo das *commodities* possibilitou voltar à taxa de 23,1%, que se manteve.

A produtividade laboral industrial estagnou nas últimas décadas, enquanto a produtividade no setor de serviços tem se aproximado da registrada nas atividades industriais e superado a agropecuária. Isso explica o direcionamento de recursos produtivos (emprego) para o setor de serviços. Por outro lado, a produtividade por trabalhador no setor agropecuário cresceu à medida que a fronteira agrícola se expandiu para o cultivo de oleaginosas, graças à incorporação de tecnologias.

**Gráfico 2. PIB per capita Brasil vs. USA
(preços ajustados pela PPC de 2017)**



Fonte: Cálculos próprios do PWT, preços de 2017 ajustados à PPC

Assimetrias e desigualdades regionais

As disparidades de acesso ao crescimento econômico nas regiões brasileiras têm reflexo no desenvolvimento e na qualidade de vida de suas comunidades. Os modestos níveis de renda per capita, juntamente com baixos investimentos e capacidades estatais reduzidas, têm impactado negativamente a prestação de serviços públicos recebidos pelos cidadãos das regiões Norte e Nordeste.

As regiões também têm mostrado uma diminuição no índice de Gini nas últimas duas décadas. No entanto, isso não tem gerado uma redução das disparidades entre as regiões. Dados históricos mostram que a Região Sul apresenta o coeficiente mais baixo, enquanto o Nordeste e o Norte têm os índices mais altos. Em escala regional, o índice de pobreza multidimensional do Norte e do Nordeste ultrapassou o 20% em 2015, o que representou mais de quatro vezes as taxas observadas na Região Sudeste e na Região Sul.

A redução da pobreza multidimensional está ligada ao acesso ao sistema educativo e ao aumento dos anos de escolarização. A diferença no número de anos de escolaridade entre o Norte e o Nordeste em relação às regiões Sul e Sudeste permaneceu estável. Em ambos os casos, observa-se um maior nível de escolaridade diretamente ligado à redução dos índices de pobreza multidimensional. No entanto, apesar desse aumento nos anos de escolaridade, as regiões Norte e Nordeste mantêm taxas mais baixas do que as do Sul.

A melhoria na qualidade do sistema educacional e a expansão da mão de obra qualificada têm contribuído significativamente para a diminuição dos retornos à escolaridade nos últimos anos. O Brasil avançou nas últimas duas décadas no acesso à educação em todos os níveis. No entanto, importantes desafios de universalização ainda persistem.

O crescimento pró-pobre também tem contribuído para a redução das desigualdades. Entre 2002 e 2019, o rendimento real per capita dos lares estratificados nos três primeiros decis da população esteve duas vezes acima da média nacional e três vezes superior ao decil das pessoas com maior renda no país, o que sugere um aumento salarial maior para os lares mais vulneráveis em relação aos mais ricos durante os ciclos econômicos favoráveis (crescimento "pro-pobre").

A redução das desigualdades sociais tem sido influenciada pelas transferências governamentais não contributivas e contributivas aos lares com baixos rendimentos. Os programas Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada têm um efeito progressivo na distribuição de renda das pessoas no Norte e Nordeste, enquanto as pensões têm um efeito significativo nos estados do Sul e Sudeste.

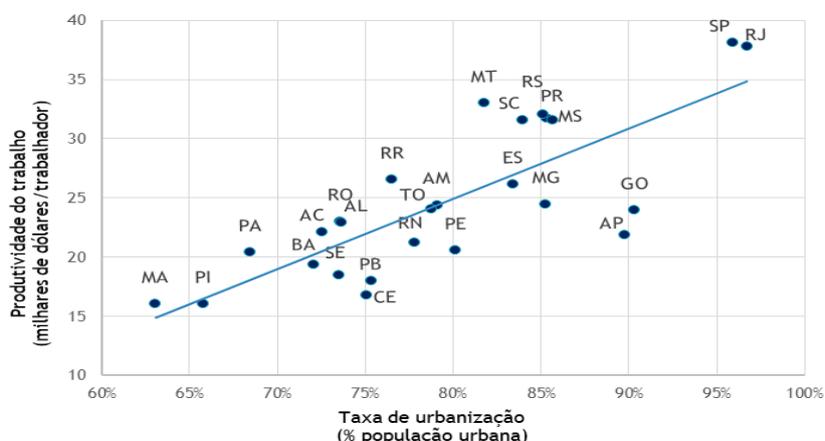
Brasil: um país continental onde o foco de desenvolvimento está nas cidades

As cidades se tornaram os centros vitais do crescimento e sede das tendências socioeconômicas características das últimas décadas:

- A transição para uma economia de serviços**, fenômeno que ocorreu cedo no Brasil, resultando na geração de empregos;
- O aumento do número de habitantes em áreas urbanas**, a partir da década de 1970, mais de 85% dos brasileiros vivem em áreas urbanas. O país possui uma das taxas de urbanização mais altas entre os países com maior extensão territorial do mundo.
- A ampliação da lacuna social**. Com o crescimento dos centros urbanos, surgiram cinturões de pobreza nas áreas periféricas das grandes cidades, habitadas por pessoas com difícil acesso a serviços de educação, saúde, transporte e moradia de qualidade.

No Brasil, a produtividade das pessoas que residem em cidades é maior do que aquelas que vivem em áreas rurais. Sendo as cidades os centros geográficos de atividades com valor agregado que superam o valor do trabalho rural, as diferenças entre eles são notáveis em todas as regiões do país. Assim, um trabalhador urbano da Região Nordeste tem um salário que é cerca de 60% maior do que seus pares que trabalham no campo. Por sua vez, um indivíduo urbano que vive nas Regiões Sul e Centro-Oeste ganha um salário médio 30% maior do que um trabalhador rural da mesma região, sendo essa a menor diferença salarial entre assalariados urbanos e rurais do país.

Gráfico 3. A urbanização facilitou a criação de níveis mais elevados de produtividade (Ano = 2019)



Fonte: IBGE y cálculos próprios

As cidades têm possibilitado o desenvolvimento de um ambiente produtivo favorável, que reflete na produtividade das entidades do país. As Regiões Sul e Sudeste têm a combinação mais alta de urbanização e produtividade nacional, enquanto os estados nordestinos, como Piauí ou Maranhão, com um perfil demográfico mais rural, ficam atrás nessa comparação.

No entanto, a produtividade não é uniforme em todas as cidades. Existem grandes disparidades salariais entre as capitais e os centros urbanos do interior dos estados ou da periferia - as chamadas cidades médias. As capitais apresentam uma crescente disparidade salarial em relação às cidades médias. As dificuldades para criar condições favoráveis ao desenvolvimento produtivo em uma cidade média são maiores do que em uma capital. A diferença salarial entre os trabalhadores de uma capital e seus equivalentes em uma cidade média também é significativa.

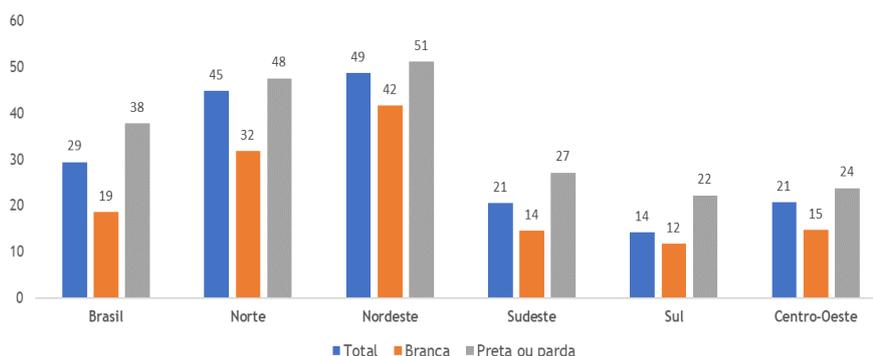
As disparidades salariais (e de produtividade) entre as capitais e as cidades médias são maiores nas Regiões Norte e Nordeste. Embora a diferença de produtividade entre os trabalhadores das capitais e das cidades médias seja semelhante nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, independentemente de sua condição de contratação (formal ou informal), nas Regiões Norte e Nordeste essa comparação tende a se agravar no mercado informal. Essa particularidade regional parece evidenciar a influência do baixo nível de renda média observado nas cidades do interior do Nordeste e do Norte, onde o ambiente produtivo é consideravelmente menos favorável do que nas capitais.

Desafios da Inclusão e Diversidade

Em termos de diversidade étnica, 56% da população no Brasil se identifica como afrodescendente (preta, parda), 43% como branca e 1,1% como amarela ou indígena; os níveis de pobreza da população afrodescendente no país superam em 19 p.p. os da população branca e com maior incidência em todas as regiões do país, sendo a região Norte e Nordeste as de maiores níveis.

As disparidades entre as populações de ascendência afrodescendente e branca são outra constante no Brasil. A taxa de desemprego entre os afrodescendentes é de 16,3% e entre a população branca é de 11,3%. A subutilização da força de trabalho entre os afrodescendentes supera em 10,7% da população branca. A taxa de formalização é menor em 6,3 pontos entre os brancos. A taxa de analfabetismo é significativamente maior entre os afrodescendentes (9,1% em comparação com 3,9% dos brancos). Esta população está mais exposta à violência e possui uma das maiores taxas de homicídios.

Gráfico 4. Proporção de pessoas em situação de pobreza, segundo as principais regiões (%), 2021



Por outro lado, estima-se que no Brasil 8,9% da população seja composta por pessoas com algum tipo de deficiência, que enfrentam limitações em termos de acessibilidade no ambiente urbano. Esse grupo acaba em uma situação de desvantagem em relação à educação e ao acesso ao mercado de trabalho, o que repercute no exercício pleno de seus direitos econômicos e sociais.

No que diz respeito à igualdade de gênero, ainda persistem desafios para que as mulheres alcancem plena autonomia econômica, física e para a tomada de decisões. A maior incidência de pobreza entre as mulheres, a menor participação no mercado de trabalho e maiores níveis de desemprego e subutilização evidenciam as dificuldades que as mulheres enfrentam no acesso aos recursos econômicos.

Segundo dados da CEPAL, ainda há espaço para potencializar a paridade de gênero nos espaços de tomada de decisão no Brasil: o percentual de cadeiras ocupadas por mulheres nos parlamentos nacionais é de 17,7%, a participação no gabinete ministerial é de 6% e no tribunal superior de justiça é de 18,2%.

3. CAF no Brasil

No Brasil, o CAF promove o desenvolvimento nacional por meio de financiamento, assistência e cooperação técnica aos governos subnacionais e ao governo federal - em menor proporção, mas com potencial de crescimento - além de presença no setor privado. Tanto no setor soberano quanto no não soberano, impacta por meio de ações de infraestrutura social e econômica, promoção e modernização de serviços públicos, transformação digital, desenvolvimento institucional e capacitação, além da geração de emprego e renda para as populações mais necessitadas.

As operações soberanas e não soberanas no Brasil apresentam, há anos, componentes verdes, além de ações que promovem a inclusão social e financeira e atendem à equidade de gênero. As contribuições da carteira do Brasil para a consecução da Agenda Verde do CAF provêm da incorporação precoce de critérios de capital natural e mudança climática com foco de gênero.

O CAF também se compromete a apoiar as cidades amazônicas, promover investimentos em infraestrutura sustentável de acordo com as necessidades locais e desenvolver mecanismos de financiamento inovadores e sustentáveis que possam ser utilizados para incentivar projetos inclusivos para a biodiversidade, florestas e mudanças climáticas na Amazônia Legal.

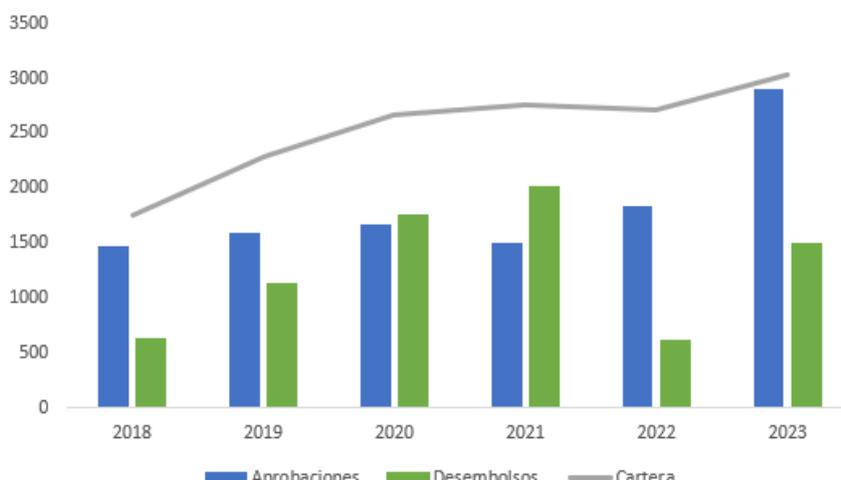
A carteira verde do CAF no Brasil vem crescendo, passando de US\$ 224,96 milhões em 2020 para US\$ 431,68 milhões em 2021 (28,9% do total das operações), US\$ 561,00 milhões em 2022 (67,75% do total) e de US\$ 611,91 milhões em 2023 (31,49% do total). Estas operações atendem a agenda verde do CAF para o desenvolvimento sustentável, por meio da promoção do acesso universal a serviços de qualidade de água e saneamento, contribuindo para uma inclusão efetiva e possibilitando a redução das condições estruturais de desigualdade. Além disso, incluem critérios para o financiamento de iniciativas voltadas para a restauração de áreas degradadas, soluções baseadas na natureza, planos de arborização, entre outros.

Em 2023, foram aprovados diversos projetos, destacando-se a ponte que liga Salvador e Itaparica na Bahia; o Programa de Infraestrutura Urbana - Mais Mogi; o Programa Ribeirão Cidade Acolhedora, Global e Inteligente; o Programa de Desenvolvimento Urbano e Recursos Hídricos do Município de Uberaba - Desenvolve Uberaba e o Projeto de Saneamento e Urbanização de Vitória da Conquista, além das linhas para bancos comerciais e de desenvolvimento, incluindo o Banco do Nordeste, Bradesco, Banco do Brasil, Itaú, Santander, Fomento Paraná, BRDE, Desenvolve SP e BNDES.

O setor não soberano apresenta um potencial significativo de ampliação no país. Sua estratégia deve continuar direcionando operações com bancos comerciais e de desenvolvimento, enquanto impulsiona mais intervenções com caráter inovador, igualmente alinhadas à política de riscos do CAF e consistentes com os eixos da agenda corporativa. Outra linha de ação será o foco em empresas públicas de serviços essenciais (como nos setores de energia e água) sem garantia soberana, orientada nas ações complementares realizadas nos projetos do setor soberano.

A carteira do CAF no Brasil estava em torno de US\$ 3 bilhões em 31 de dezembro de 2023. Isso representou um crescimento de 73% no comparando 2018 - 2023. O crescimento médio anual no período foi de 9,58%. A participação da carteira soberana do Brasil dentro do montante de créditos concedidos pelo CAF é significativa. Passou de 76,7% em 2018 para 87,27% em 2023. O peso dos empréstimos não soberanos no total de aprovações do CAF foi de 23,3% em 2018 (contra 12,73% em 2023). Em dezembro de 2023, o Brasil detém a quarta maior carteira de crédito dentro do CAF (9,3%), após Argentina, Equador e Colômbia.

Gráfico 5. Evolução das variáveis operacionais (USD MM)



Fonte: CAF

Operações Soberanas

As operações com garantia soberana beneficiam clientes subnacionais e estão vinculadas a setores prioritários: desenvolvimento urbano, mobilidade, saneamento - água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos, formação para o trabalho, inclusão social e financeira, transformação digital, saúde, educação, meio-ambiente, entre outros.

O fluxo de operações com subnacionais dobrou entre 2018 e 2023. Passaram de 18 em fase de desembolso, em janeiro de 2019, para 37 operações em dezembro de 2023, no valor total de US\$ 2,65 bilhões (carteira).

Em termos de enfoque regional, as Regiões Sul e Nordeste concentraram o maior volume de operações assinadas pelo CAF no Brasil. Entre 2018 e 2023, 17 operações (45,9% do total) foram aprovadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo (US\$ 2,041 bilhões), enquanto na Região Nordeste (US\$ 1,096 bilhões), essa participação foi de 37,83%, com 14 operações. Na Região Norte, foram aprovadas 3 operações, na Região Sul foram concedidos dois créditos (US\$ 125 milhões) e um crédito na Região Centro-Oeste (US\$ 35 milhões). Além disso, foi aprovada uma linha de crédito em nível federal, por ocasião da emergência gerada pela pandemia de COVID-19 (US\$ 350 milhões).

Operações não soberanas

Estas operações têm sido caracterizadas pela diversidade de produtos financeiros, tais como linhas de crédito para bancos comerciais, para bancos de desenvolvimento regionais, garantias parciais de crédito, estruturação financeira, empréstimos sem garantia soberana para empresas de serviços públicos, entre outros. Ao contrário de outros organismos multilaterais, no CAF as linhas de negócio soberanas e não soberanas são consolidadas internamente na instituição, o que permite uma maior sinergia e coordenação das operações e atividades do banco. Os parceiros financeiros permitem que o CAF possa atuar com sua estratégia corporativa em um nível mais amplo de clientes e com maior capilaridade.

Em dezembro de 2023, o número de operações não soberanas em fase de desembolso era de 43 operações (empréstimos e investimentos), com uma exposição de US\$ 649,7 milhões. Essas transações incluem linhas de crédito de até US\$ 1,480 bilhão com os 4 principais bancos comerciais do país, 3 bancos e 2 agências de desenvolvimento regional, uma garantia parcial de crédito (Concessionária Linha Universidades) e uma empresa de serviços públicos (SANASA - empresa de água e saneamento de Campinas, Estado de São Paulo).

Na fase de formalização de contratos, havia 3 operações no valor total de US\$ 1 bilhão, sendo uma linha de crédito para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de US\$ 500 milhões e duas operações sindicadas: AB Loan de até US\$ 250 milhões para o Banco Cooperativo Sicredi e AB Loan de até US\$ 250 milhões para o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Quatro operações estão em avaliação, incluindo 2 no setor de energia (solar e biomassa) e uma operação com uma agência de desenvolvimento. Em relação às operações em fase de originação, que somam US\$ 1,288 bilhão (7 operações), espera-se avançar com garantias parciais de crédito, linhas de crédito, empréstimos sindicados e outras estruturas inovadoras.

Operações de Cooperação Técnica

Com relação aos recursos de cooperação técnica (CT) não reembolsáveis, entre 2019 e dezembro de 2023, o Brasil recebeu um total aproximado de US\$ 13 milhões, dos quais US\$ 12 milhões foram financiados com Fundos CAF e US\$ 900 mil com recursos de terceiros. Essas aprovações estiveram relacionadas com setores estratégicos como água e saneamento, meio ambiente e mudanças climáticas, desenvolvimento social, saúde, educação, emprego, desenvolvimento urbano, biodiversidade, territórios subnacionais, fortalecimento institucional, gênero, inclusão social e econômica, diversidade, integração, PMEs e transformação digital.

Até o final de dezembro de 2023, 100% da alocação destinada a novos projetos de cooperação prevista para o mesmo ano (US\$ 1,36 milhão) foram concedidos. As CT aprovadas em 2023 têm a particularidade de beneficiar instituições/ministérios do governo federal e se posicionar nas agendas missionais do CAF, além de gerar sinergias entre as ações desenvolvidas pelos benefícios e as estratégias corporativas do CAF para o Brasil nos próximos anos, como igualdade de gênero e racial, direitos humanos, esporte, meio ambiente, comunidades indígenas, entre outros.

4. Estratégia Brasil 2024-2026

A Estratégia do CAF Brasil 2024-2026 aspira impulsionar a reativação econômica inclusiva e sustentável, assim como o fechamento de lacunas entre regiões, por meio de um trabalho que envolva os entes subnacionais e o Governo Federal, gerando um modelo de crescimento compatível com o uso racional de seu ativo bioestratégico.

Um dos pilares desta Estratégia tem o propósito de consolidar as bases de trabalho desenvolvidas com a estrutura federativa governamental do Brasil nas **#cidades resilientes**. Historicamente, no Brasil, as principais demandas de recursos estiveram vinculadas a créditos para governos subnacionais. Assim, foram financiadas infraestruturas físicas, sociais e a capacitação de atores econômicos que fazem parte do ambiente produtivo das cidades e regiões. Por isso, a concentração de mais de 80% dos recursos do CAF no país está em estados e municípios.

O desejo de reforçar a marca "Banco das Cidades", num contexto em que estados e cidades são atores-chave na execução do investimento público (85% do total em 2021), permanece na Estratégia CAF Brasil 2024-2026. O apoio ágil e confiante fornecido a prefeitos e governadores fez do banco um aliado poderoso para apoiar seus programas de desenvolvimento urbano e rural, com financiamento, apoio técnico e conhecimentos que enriquecem e agregam valor aos projetos. Por esse meio, aspira-se, além disso, a crescer em carteira fortalecendo a fidelização de clientes subnacionais.

Propõe-se fortalecer o direcionamento dos recursos destinados aos aliados financeiros (Bancos Regionais de Desenvolvimento, especialmente) para alcançar cidades que não podem acessar créditos internacionais.

O desenvolvimento sustentável do Brasil está ligado ao replanejamento do crescimento da região amazônica, dada sua importância bioestratégica mundial. Por esta razão, esta Estratégia estabeleceu como uma de suas linhas de atuação a **#Amazônia**. Nesse contexto, prevê realizar intervenções em infraestrutura sustentável de acordo com as necessidades locais, capazes de aumentar a produtividade verde e fortalecer as comunidades, ao mesmo tempo em que contribui para a proteção e conservação da biodiversidade e a melhoria da qualidade ambiental e desenvolver mecanismos de financiamento inovadores e sustentáveis que possam ser utilizados para incentivar projetos inclusivos para a biodiversidade, as florestas e a mudança climática na Amazônia legal.

A busca por um desenvolvimento econômico sustentável está ligada à terceira grande linha da Estratégia País Brasil 2024-2026: **#energia-limpa**, que aponta para a construção de uma matriz energética de fonte renovável, estável e descarbonizada. Também visa a evitar a proliferação de dióxido de carbono, prevenir a emissão de gases de efeito estufa e reduzir o aquecimento global. O Brasil possui uma matriz energética predominantemente limpa. No entanto, a dependência da hidroenergia torna instável o fornecimento de eletricidade, devido às secas cada vez mais frequentes que afetam a produção. Portanto, esta Estratégia apoiará a diversificação da matriz energética e enfatizará a vinculação das novas fontes de produção às cadeias de valor nacionais e internacionais verdes incluindo o conceito de atração de investimentos estrangeiros privados que utilizariam essas energias renováveis (*Powershoring*).

O período se mostra oportuno para apoiar e reforçar a agenda de **#integração** fronteiriça do Brasil atual. As demandas neste âmbito são enormes, então esta Estratégia deve buscar objetivos precisos e contundentes que apoiem a concretização das aspirações brasileiras de liderar a integração da região.

Por último, a Estratégia busca promover a diversidade cultural no país; fortalecer a igualdade de gênero, racial e étnica respeitando a orientação sexual das pessoas, e; assegurar a inclusão de contingente com deficiência. Nesse sentido, o quinto pilar **#inclusão e igualdade** estabelece apoiar a elaboração e a implementação de políticas públicas para inclusão, igualdade racial e de gênero.

Em resumo, esta Estratégia se concentrará em cinco pilares fundamentais:

#cidades resilientes: Melhorar o ambiente produtivo dos territórios urbanos para fomentar o desenvolvimento econômico sustentável, inclusivo e adaptadas às mudanças climáticas.

#Amazônia: Facilitar a infraestrutura sustentável na Amazônia brasileira para aumentar a produtividade verde, fortalecer as comunidades locais e contribuir para a proteção e conservação da biodiversidade e melhoria da qualidade ambiental.

#energia-limpa: Fortalecer a infraestrutura para concretizar a transição energética e a reativação econômica.

#integração: Potencializar a integração física, digital e energética com países do entorno para posicionar o Brasil como eixo do desenvolvimento econômico da sub-região sul-americana.

#inclusão e igualdade: Apoiar o desenho e a implementação de políticas públicas para inclusão, igualdade racial e de gênero.

Apresentamos a seguir detalhes das 5 linhas estratégicas apresentadas, oferecendo um diagnóstico dos desafios econômicos e sociais observados em cada caso e um eixo programático elaborado para orientar a atuação do CAF no país.

#Cidades resilientes

Melhorar o ambiente produtivo dos territórios urbanos para promover o desenvolvimento econômico sustentável, inclusivo e adaptadas às mudanças climáticas

O Brasil possui um perfil marcadamente urbano. Os assentamentos urbanos trazem problemáticas que exigem atenção. O fenômeno conhecido como “paradoxo urbano” expõe o reverso das aglomerações urbanas, onde os custos dos serviços e infraestrutura aumentam e provocam o assentamento irregular dos menos favorecidos em áreas marginais. No Brasil, esse processo é chamado de “favelização”. E tal fenômeno acarreta consequências desfavoráveis como degradação ambiental e aumento da violência.

Além disso, as mudanças climáticas também têm gerados novos desafios para o desenvolvimento das cidades brasileiras, com o aumento da frequência dos fenômenos climáticos extremos que assolam aos habitantes das cidades, como as rajadas de vento

de mais de 100 km/h, temporais destrutivos as enchentes históricas como aqueles que afetaram a região as principais cidades do Rio Grande do Sul no segundo trimestre de 2024.

Para enfrentar os desafios do "paradoxo urbano" brasileiro, esta Estratégia propõe uma abordagem abrangente da problemática citada e soluções que passam pela ação coordenada dos diversos níveis de governo e uma efetiva articulação setorial. A linha estratégica **#cidades** resilientes volta-se para ações multissetoriais integradas sobre o território.

A abordagem de atuação para os territórios urbanos brasileiros, em consonância com os eixos estratégicos que regem as ações do CAF, considera três áreas-chave: (i) sustentabilidade ambiental e resiliência climática; (ii) inclusão social e combate à pobreza; e (iii) recuperação e crescimento econômico. Portanto, considerar as conurbações como uma cadeia de vínculos metropolitanos, provinciais, nacionais ou até mesmo transfronteiriços permite impactar efetivamente essas áreas-chave de atuação.

O principal desafio enfrentado pelos territórios urbanos no Brasil está na baixa qualidade de seu ambiente produtivo, que abrange o estoque de infraestrutura básica, os serviços de infraestrutura física e digital, as barreiras ao funcionamento tanto dos circuitos econômicos locais quanto dos modelos econômicos alternativos, entre outros.

Segurança hídrica

É uma área de grande importância para esta Estratégia, devido ao papel relevante da ação do CAF em níveis subnacionais e à defasagem em questões de saneamento do país. A cobertura de água potável em 2020 era de 84,2% da população total e 93,4% nas áreas urbanas. No entanto, esses altos níveis de cobertura, em comparação com outros países da América Latina, não refletem as desigualdades regionais no acesso à água potável e na qualidade do serviço. Por exemplo, essa taxa de fornecimento de água cai para 72% nas cidades da RN.

A Estratégia CAF Brasil propõe apoiar iniciativas abrangentes na gestão de recursos hídricos em áreas urbanas, trabalhando com autoridades municipais e estaduais. A gestão natural da água transcende os espaços territoriais dos governos subnacionais, levando em consideração que o ciclo hidrológico ocorre em bacias hidrográficas, onde as alterações/modificações feitas em sua parte superior afetam os volumes de extração ou descarga de água na parte inferior.

A ação envolveria a construção de infraestrutura para melhorar os sistemas de abastecimento de água potável, saneamento básico, controle de inundações e gestão de bacias hidrográficas, oferecendo serviços de qualidade que melhorem a produtividade nas cidades. No âmbito soberano, propõe-se manter os governos subnacionais como interlocutores, especialmente os municípios, onde o investimento público em segurança hídrica faz parte de suas competências no contexto do

federalismo brasileiro. Assim, propõe-se implementar medidas para preservar as vidas dos cidadãos, reduzir os impactos econômicos adversos e assegurar a continuidade das operações cotidianas frente a ocorrência dos eventos climáticos extremos. Isso inclui, por exemplo, o acesso a recursos hídricos de qualidade, infraestrutura sólida, sistema de drenagem seguro e ferramentas de monitoramento climático.

No âmbito não soberano, projeta-se canalizar instrumentos financeiros para empresas públicas e privadas de água e saneamento, para financiar planos destinados a fortalecer a infraestrutura e a gestão de serviços básicos. Além disso, prevê-se promover investimentos patrimoniais em empresas públicas ou concessionárias de água e criar fundos de investimento.

Mobilidade urbana

O Brasil pode promover melhorias nos sistemas urbanos e de mobilidade de forma sustentável, resiliente e em harmonia com a natureza, permitindo melhorar a produtividade e o bem-estar em relação aos deslocamentos e viagens. No entanto, está entre os países com forte congestionamento de tráfego. Em 2019, foi o oitavo país mais congestionado do mundo, com Rio de Janeiro e São Paulo entre as cinco cidades com maior tempo de trânsito. Nas cidades brasileiras, os motoristas perdem entre 160 e 190 horas por ano, em média, no trânsito.

O financiamento tornou-se o principal gargalo do setor de mobilidade, refletido na falta de recursos para investimentos e na escassez de iniciativas voltadas para a modernização da infraestrutura de transporte público. Nesse sentido, a linha de ação de financiamento direto soberano para o setor de mobilidade, que faz parte desta Estratégia, apresenta um potencial de sucesso significativo.

A eletrificação no setor de transporte apresenta novas oportunidades de investimento com governos subnacionais. A substituição do transporte coletivo antigo e poluente faz parte de um modelo de crescimento econômico sustentável, com serviços de transporte compatíveis com o meio ambiente, a saúde e o bem-estar da população.

A conjuntura oferece uma oportunidade para CAF no setor de mobilidade urbana sustentável, inclusiva e segura, que proporcionaria acesso a oportunidades, melhorando a cobertura, qualidade e eficiência. A Estratégia CAF Brasil 2024-2026 apoiaria a construção e modernização da infraestrutura e dos serviços de transporte nos centros urbanos e a conexão destes com as áreas rurais. Além disso, contempla uma oferta de assistência técnica e de conhecimento aos municípios.

Transformação Digital

As taxas de digitalização do Brasil têm crescido constantemente entre 2004 e 2021. O país avançou na maioria dos pilares do Índice de Desenvolvimento do Ecossistema Digital do CAF, especialmente na infraestrutura digital, políticas públicas e

regulamentação. No entanto, continuam desafios significativos nesse campo, tanto em nível estadual quanto local.

O país impulsionou, de forma expressiva, a digitalização de áreas estruturantes de sua economia e sociedade, com o lançamento do Plano Nacional de Internet das Coisas em 2019, da Estratégia de Saúde Digital 2020-2028, da Estratégia de Governo Digital em 2019, entre outras. No entanto, persiste o desafio de desenvolver sua infraestrutura e serviços digitais de maneira mais uniforme em todo o seu território. No âmbito subnacional, não apenas será possível financiar projetos neste setor, mas também prestar assistência técnica aos municípios para o desenvolvimento de infraestrutura digital, Inteligência Artificial e inovação.

Esta linha da Estratégia buscará, portanto, impactar na transformação digital a partir de ambientes urbanos, fortalecendo os componentes de infraestrutura e serviços digitais relacionados às operações com cidades, incorporando também ferramentas digitais à oferta do CAF nas áreas de educação, saúde, desenvolvimento urbano, mobilidade, entre outros.

Conglomerados, Cadeias de Valor e Economias Criativas

Este segmento da Estratégia visa a promoção de conglomerados locais e indústrias criativas como antídoto para os atrasos produtivos entre cidades. Os ambientes urbanos nacionais apresentam uma lacuna relevante de produtividade em relação aos situados fora do país, com lacunas também entre cidades, dependendo de seu tamanho e desenvolvimento. A evolução das empresas e a facilitação de suas atividades tornam-se críticas para melhorar o ambiente produtivo de uma cidade. Daí a importância da interação entre fornecedores, empresas e mercados finais em benefício da produtividade, sendo que os conglomerados e cadeias de valor apontam nessa direção.

O CAF poderia apoiar o financiamento de uma oferta de conhecimento e capacitação para gestores públicos locais, auxiliando no processo de coordenação do desenvolvimento de conglomerados e cadeias de valor em cidades. As secretarias de desenvolvimento econômico municipais poderiam desempenhar um papel protagonista nesse contexto, ajudando a corrigir as "falhas de coordenação" entre empresas aglomeradas. O fomento das Economias Criativas, com foco na inclusão, pode reduzir lacunas de produtividade entre cidades, capacitando comunidades locais por meio do agrupamento, fortalecimento e atração de talentos para os espaços territoriais.

Nesta linha estratégica, as ações do CAF com clientes subnacionais poderiam impactar em setores-chave: turismo, preservação patrimonial, cultural e outros, como fontes geradoras de emprego e renda sustentáveis em ambientes urbanos. Portanto, nos próximos anos, o CAF deve continuar incluindo componentes voltados para as Economias Criativas em suas operações com subnacionais.

Economia Azul

A impressionante extensão da costa oceânica brasileira se constitui em um ativo econômico estratégico que abrange atividades altamente rentáveis: pesca, turismo, transporte e até mesmo outras relacionadas aos setores de energia, biotecnologia e construção naval. Vários municípios têm litoral marítimo e, com isso, o potencial de desenvolver uma nova fronteira econômica no contexto da Economia Azul, na qual o CAF possui experiência relevante em termos de operações.

A partir da identificação dos potenciais ativos dos entes nacionais e subnacionais, o CAF poderia promover:

- a. Planejamento estratégico do setor por meio de projetos, estudos, planos de ação, legislação e políticas públicas sobre: pesca sustentável, turismo azul positivo e conservação de áreas marinhas protegidas; valorização dos serviços ecossistêmicos marinhos e costeiros, inclusive diante dos riscos das mudanças climáticas e da captura de CO₂ (carbono azul); infraestrutura e transporte marítimo, com ênfase em cadeias logísticas, portos e biossegurança; e descarbonização por meio de projetos de energia eólica e solar costeira e offshore, ou aproveitamento de ondas, correntes marinhas e gradientes de energia que se apresentam como oportunidades de conservação e financiamento.
- b. Institucionalização e formação do capital social (associativismo, cooperativismo) para a comercialização de produtos.
- c. Cadeias de bens e serviços, gestão ambiental (preservação, manutenção, mudanças climáticas), capacitação profissional e geração/valorização do conhecimento.

Capital de Empreendedor

A ação do CAF para impulsionar o desenvolvimento está relacionada a investimentos estratégicos para aproveitar as vantagens do mercado de capitais brasileiro. O investimento em fundos possibilita a diversificação e redução de riscos. Esta linha estratégica promoverá parcerias com gestores de capital de qualidade para potencializar o investimento privado em infraestrutura, territórios urbanos e setores-chaves - energia, transporte, telecomunicações, água e meio ambiente.

Capital humano e saúde

Levando em consideração as prioridades definidas na iniciativa corporativa "Habilidades do Século XXI", o desenvolvimento de uma agenda de trabalho direto do CAF com o governo federal também considera intervenções em capital humano/educação e saúde, tendo como localização geográfica as cidades, embora não restrita exclusivamente a operações com os níveis de governo locais. Em particular, são propostas as seguintes áreas:

- Contribuir para a ampliação da oferta de escolas em tempo integral, bem como outras modalidades de jornada ampliada.
- Contribuir para a ampliação da oferta de Centros de Educação Infantil e creches para a universalização da educação inicial.
- Ampliar e melhorar o uso da tecnologia nas salas de aula para aprimorar as aprendizagens e competências do século XXI.
- Aumentar o acesso a serviços de saúde, especialmente na Amazônia e em regiões remotas. Isso pode incluir o investimento em infraestrutura de saúde, a formação de profissionais de saúde e a implementação de programas de atenção primária;
- Apoiar e fortalecer a transformação digital do setor, a implementação de tecnologias da informação e comunicação e a telemedicina podem melhorar a acessibilidade e a eficiência dos serviços de atenção primária à saúde, especialmente em áreas remotas;
- Ações integradas que abranjam as diversas dimensões da segurança alimentar nutricional.

#Amazônia

Facilitar a infraestrutura sustentável na Amazônia brasileira para aumentar a produtividade verde, fortalecer as comunidades locais e contribuir para a proteção e conservação da biodiversidade e melhorar a qualidade ambiental

Com mais da metade do bioma em seu território, o Brasil é reconhecido como o país amazônico com a maior floresta tropical do planeta. A Amazônia é o patrimônio mais importante do Brasil, em termos globais, devido ao seu papel fundamental no ciclo do carbono. Além disso, a Amazônia brasileira detém 20% da água doce do planeta e libera mais de 20 bilhões de toneladas de vapor diariamente na atmosfera. Sua biodiversidade é uma das mais ricas, com mais de 40 mil espécies de plantas.

Apesar do reconhecimento bioestratégico de seu território, o bioma amazônico enfrenta desafios sociais que ameaçam sua proteção e conservação. Fatores como as mudanças do clima, o desmatamento e as mudanças de uso e cobertura da terra vem afetando o equilíbrio do ciclo de nutrientes (especialmente carbono) e do clima da Amazônia e, portanto, do planeta. Os incêndios florestais e o desmatamento aumentam a seca, na medida que reduz a evapotranspiração nas árvores e as chuvas, comprometendo a floresta amazônica.

A Região Norte, ocupada por 76% da Amazônia Legal, é um dos menos desenvolvidos do Brasil, contribuindo com apenas 5,5% do PIB, apesar de ter 45% de sua extensão territorial. O déficit de investimento e de capital humano; altos níveis de informalidade e pobreza (36%); desigualdade de renda; baixos índices de urbanização e acentuadas

deficiências nos serviços públicos não favorecem a construção de um ambiente produtivo saudável.

A Amazônia brasileira tem um arcabouço institucional frágil, além de ser marcada por uma série de desafios sociais e ambientais de grande porte, como a exploração de atividades ilegais e graves conflitos ligados à posse da terra e ao desmatamento de áreas protegidas para usos econômicos. O agravamento do desmatamento na Amazônia exerce enorme pressão internacional sobre o país. O sudeste da Amazônia brasileira deixou de ser um sumidouro de carbono para se tornar uma fonte de carbono, devido à ruptura do equilíbrio entre crescimento, degradação e emissões causadas pelo fogo. O desmatamento e as queimadas têm sérias consequências para o abastecimento e o fluxo de água atmosférica nas bacias hidrográficas da América do Sul.

Considerando as ameaças de degradação ambiental presentes na Amazônia, a Comissão de Financiamentos Externos do Ministério do Planejamento e Orçamento estabeleceu um sublimite específico anual à concessão de garantias para projetos integralmente destinados à pauta ambiental pleiteados estados e municípios, em dezembro de 2023 (Resolução Cofix nº 80). As pautas priorizadas abrangem a conservação da biodiversidade, ecossistemas e biomas; prevenção e controle da poluição; mitigação e adaptação às mudanças do clima. A importância da agenda verde nos critérios para aceder à concessão de garantias federais para os empréstimos externos das subnacionais mostra a relevância da pauta ambiental para o atual Governo do Brasil, que também ficou evidente no lançamento do Plano de Transformação Ecológica e o Plano Plurianual – PPA 2024-2027.

A Estratégia CAF 2024-2026 propõe buscar a transformação do ambiente produtivo amazônico em um esquema de sustentabilidade, que combine empregos formais menos dependentes de atividades extrativistas ou degradantes com boas rendas que atenuem o avanço desordenado da fronteira agrícola e das atividades extrativistas. O CAF tem como objetivo tornar-se um ator relevante na Amazônia, no âmbito da "Visão Amazônia Sustentável do CAF para 2030", considerando a Amazônia como um bioma de soluções voltadas ao aumento da produtividade por meio da valorização do capital natural e dos serviços ambientais compatíveis com o uso sustentável da biodiversidade amazônica, nas linhas identificadas a serem seguidas:

Conservação da biodiversidade e dos ecossistemas

Envolve o fortalecimento dos sistemas de monitoramento e vigilância da Amazônia Legal, além de promover a participação cidadã nas decisões ambientais. A utilização sustentável dos recursos naturais, como o solo, a biodiversidade e a água, exigirá o reforço da governança e da gestão do conhecimento por todas as partes interessadas, apoiada por mecanismos de financiamento estáveis e por instrumentos públicos e políticos pertinentes para garantir que o planejamento intersetorial se baseie na biodiversidade e na sua manutenção.

Promover um ambiente compatível com a bioeconomia

Isto pode ser alcançado através da promoção da bioeconomia no uso da terra, da disseminação e massificação de práticas de produção sustentável nas comunidades locais e do fortalecimento das cadeias de valor baseadas na biodiversidade e das soluções baseadas na natureza. Isso também implica investir no desenvolvimento de infraestrutura sustentável e aliada da biodiversidade, garantindo o acesso a serviços básicos como água potável, saneamento e assistência médica. Além de promover cidades biodiversas amazônicas e criar oportunidades econômicas sustentáveis, como o turismo, com foco de gênero, inclusivo e equitativo, e acesso à educação de qualidade.

Promover a geração de conhecimento sobre desenvolvimento produtivo com baixo impacto ambiental

O CAF pode disponibilizar recursos para a geração de conhecimento e ferramentas para o desenvolvimento de ambientes produtivos com baixo impacto ambiental e inovação. A falta de correspondência dos desenvolvimentos econômicos locais com as necessidades de proteção ambiental pode ser perpetuada se mecanismos para facilitar o conhecimento da economia verde às comunidades locais não forem ativados. Essas iniciativas geralmente não são realizadas organicamente pelo setor privado devido aos altos custos iniciais para pesquisa, desenvolvimento e comercialização de produtos verdes, incluindo processos de inovação. Aqui, a Estratégia País pode contribuir para corrigir essa "falha de mercado" ao disponibilizar linhas de crédito para o desenvolvimento de tecnologias e práticas sustentáveis, além de pesquisas científicas aplicadas à promoção da educação ambiental, à valorização do conhecimento tradicional e à inovação.

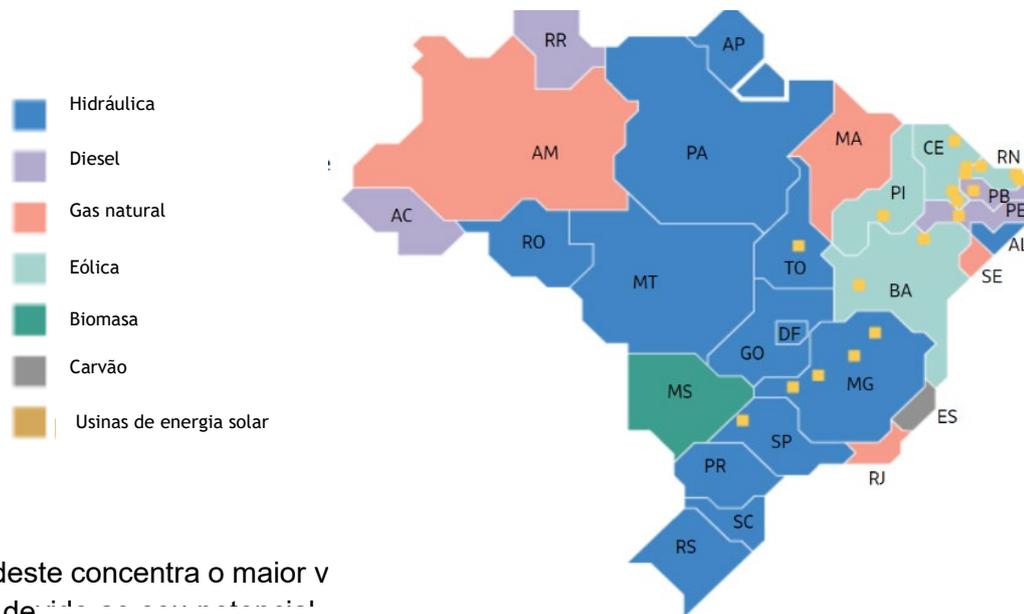
#Energia-limpa

Fortalecer a infraestrutura para concretizar a transição energética e a reativação econômica

O sistema elétrico do Brasil se destaca entre seus pares latino-americanos pela predominância de fontes de geração renovável. Globalmente, em média, as energias renováveis contribuem apenas com 15% para a matriz energética, enquanto no Brasil esse número chega a 48%. A produção de energia elétrica no mundo é 28% renovável, no Brasil é 82%. O sistema elétrico brasileiro é predominantemente limpo. No entanto, recentemente, a estabilidade do sistema elétrico brasileiro tem sido comprometida por severos períodos de seca. Devido à sua forte dependência hídrica, isso levou a investimentos no setor para diversificar a matriz energética.

O país possui condições básicas favoráveis para o desenvolvimento de fontes elétricas limpas, como alta qualidade do vento acima da média ou áreas geográficas com até 6kWh/m2 de radiação solar. O Brasil é pioneiro na produção de energia eólica e fotovoltaica. A capacidade instalada de produção cresceu em ritmo destacado nos últimos anos. O crescimento da produção de energia solar ocorreu principalmente na RN. O Nordeste é responsável por 82,3% de toda a energia solar e eólica produzida no país. Isso os torna setores-chave na transição energética.

Gráfico 6. Fontes de energia predominantes em cada estado



O Nordeste concentra o maior volume de energia solar e eólica produzida no Brasil, de acordo com o relatório "Estratégia País 2024-2026".

Fonte: Aneel/Absolar

A produção de hidrogênio verde é sustentável, pois depende de insumos de origem renovável, principalmente água. O potencial do hidrogênio verde no Brasil, especialmente na Região Nordeste, é relevante para ser incluído na Estratégia País: #energia-limpa, mas também deve ser visto como uma oportunidade para valorizar os excedentes massivos de produção elétrica que acompanharão o rápido crescimento da capacidade renovável, usando o hidrogênio não apenas como vetor de exportação de energia limpa, mas também para atrair investimentos na região e reduzir lacunas sociais.

O impulso à geração de energias limpas deve servir como base para promover a "industrialização verde" do país. É importante potencializar a capacidade exportadora de combustíveis, mas também é importante desenvolver uma estratégia para o crescimento industrial compatível com o meio ambiente. Portanto, a Estratégia País 2024-2026 visa promover o Powershoring como alavanca de desenvolvimento econômico para o país. O conceito refere-se à descentralização da produção para países próximos aos centros de consumo, que oferecem energia limpa, segura, barata e abundante. O Brasil atende a muitas das condições da economia do powershoring, com relativa proximidade geográfica aos mercados da América do Norte e Europa, uma matriz energética majoritariamente limpa, produção de uma variedade de produtos

minerais e agrícolas para uso industrial, e distante de problemas geopolíticos complexos.

Vislumbramos oportunidades de negócios no âmbito soberano para a linha de energia limpa, por meio de cooperações e assistência técnica com entidades subnacionais para financiar projetos de geração eólica, solar e hidrogênio verde. Especificamente, no Ceará, na região Nordeste, onde foram identificadas oportunidades no setor de geração de energia renovável.

No âmbito não soberano, esta Estratégia apoiará o setor privado no financiamento de iniciativas de geração de energias renováveis. Isso pode ser feito diretamente por meio de projetos de energia limpa (solar, eólica, biomassa e hidrogênio verde) ou por meio de bancos de desenvolvimento regionais ou projetos que direcionarão recursos para projetos com impacto na redução de emissões. Os bancos regionais de desenvolvimento atuarão como aliados do CAF, aumentando o volume de operações de forma indireta e direcionando recursos para setores e segmentos estratégicos, onde eventualmente não chegariam devido à estrutura e aos volumes financeiros do banco.

O CAF promove a criação de produtos inovadores por meio de parcerias com a banca regional de desenvolvimento, incluindo ações conjuntas definidas na Coalizão Verde dos Bancos de Desenvolvimento para a Amazônia. Os bancos privados e de desenvolvimento atuam como plataformas multiplicadoras, mobilizando recursos, ampliando a divulgação de linhas estratégicas coincidentes, promovendo a troca de conhecimentos, oferecendo atendimento ao cliente que não tem acesso direto ao CAF e oferecendo diversos produtos. Dessa forma, o banco continuará direcionando fundos para PMEs e iniciativas com componentes de gênero e sustentabilidade, impactando assim em clientes diversos. Iniciar uma abordagem direcionada para catalisar fundos como participações sindicadas e empréstimos A/B será um adicional que agregará valor às operações do CAF.

Nesse contexto, o banco assumirá o papel de articulador das instituições para criar um ambiente transformador da matriz energética, estabelecendo vínculos com políticas públicas que permitam alavancar o desenvolvimento social e econômico das regiões com potencial para liderar a geração de renováveis no país, especialmente em áreas específicas como o Nordeste. O Brasil apresenta uma série de oportunidades para desenvolver questões energéticas como linha estratégica, onde o aumento das fontes renováveis de energia é um caminho certo para o desenvolvimento econômico do país.

#Integração

Potencializar a integração física, digital e energética com os países do entorno para posicionar o Brasil como eixo do desenvolvimento econômico da América do Sul.

Integração é a quarta linha da presente Estratégia. Visa apoiar os esforços do Brasil para se posicionar como líder do processo de integração latino-americano. Propõe ultrapassar os limites do trabalho com governos subnacionais, para ter uma presença mais expressiva em escala federal. A localização geográfica, o tamanho e a população do Brasil o colocam em uma posição privilegiada para articular processos de convergência em nível regional.

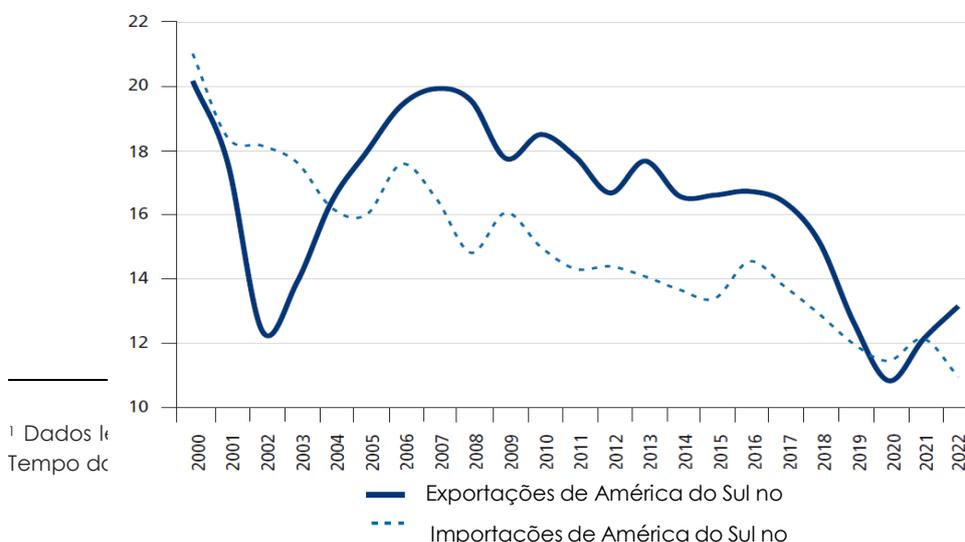
Em termos econômicos, o PIB brasileiro lidera o conjunto de países sul-americanos, quadruplicando a magnitude do seu seguidor mais próximo (Argentina). O enorme mercado interno do Brasil, com mais de 200 milhões de pessoas, com uma renda per capita próxima a US\$ 9.000 anuais, torna o país um centro de comércio desejável na vizinhança.

No entanto, a relação comercial e a interdependência entre o Brasil e os vizinhos sul-americanos têm diminuído nos últimos anos. De acordo com o Comex Stat¹, a participação das exportações do Brasil para a América do Sul caiu de 20,2% em 2000 para 13,2% em 2022, uma queda de aproximadamente 65%. A participação relativa das importações da América do Sul no total das importações brasileiras também está em declínio, passando de 19,5% em 2000 para 11% em 2022.

Em um mundo ameaçado pela fragmentação comercial pós-pandemia, o Brasil precisa estabelecer laços mais estreitos com seus vizinhos sul-americanos para impulsionar cadeias de valor favoráveis e complementares, com um foco maior na enorme presença econômica, demográfica e territorial do país na sub-região.

A agenda de integração regional de Lula, anunciada nos primeiros meses de seu mandato presidencial, aponta à integração social, comercial e de infraestrutura entre as nações que compõem a sub-região latino-americana como uma condição necessária para o desenvolvimento econômico simultâneo e menos assimétrico da região.

Gráfico 7. Participação da América do Sul no comércio total do Brasil (%)



¹ Dados de Tempo de

cição". Revista

A concretização do propósito integrador sul-americano requer que o Brasil avance em várias linhas de ação nas quais o CAF pode fornecer apoio financeiro e conhecimento, desde a infraestrutura de transporte, a transformação digital e telecomunicações, até a interconexão energética no contexto de uma transição justa até o desenvolvimento econômico das comunidades fronteiriças.

Transporte

O fortalecimento da infraestrutura de transporte regional é uma prioridade para o CAF. Em um contexto político favorável, como o que o Brasil está vivenciando atualmente, é possível promover projetos de infraestrutura de integração regional. A construção de grandes obras - hidrovias, ferrovias, corredores - passagens de fronteira e alfândegas para a competitividade e conectividade física regional de pessoas e mercados, e a prevenção do tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças - podem ser financiados tanto por meio de investimento público quanto de PPPs.

O avanço da rede de corredores bioceânicos pode vincular de forma eficiente os países membros do CAF da região do centro-oeste da América do Sul aos portos direcionados aos mercados da Ásia-Pacífico. As linhas de ação estariam voltadas para o desenvolvimento das fronteiras, tendo como potenciais eixos articuladores os estados brasileiros de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Rondônia e Roraima. Por outro lado, neste contexto, a conectividade portuária-fluvial na bacia amazônica ganha relevância, podendo ser fortalecida por meio do impulso à gestão de hidrovias sob esquemas de PPP (dragagem, sinalização, portos, etc.). O CAF pode articular uma oferta de conhecimento e apoio técnico para viabilizar projetos de fronteira.

Transformação Digital

O CAF pode contribuir para tornar o Brasil um líder em integração e soberania digital regional, reduzindo: (i) a complexidade regulatória para os intercâmbios regionais; (ii) aumentar a conectividade de pessoas e empresas; e (iii) facilidades para a troca de bens e serviços on-line. Atualmente, 49% do tráfego regional de internet é internacional, com 85% sendo roteado através dos Estados Unidos. O Brasil tem um território estratégico em termos de interconexão. Dos 68 cabos submarinos previstos para a região, 19 passarão pelo Brasil.

Interconexão e transição energética justa

Existe amplo espaço para estruturar iniciativas que gerem um mercado energético sul-americano integrado, proporcionando maior segurança, eficiência e estabilidade energética aos usuários consumidores. O Brasil possui uma experiência diferenciada sobre o tema energético entre seus vizinhos, sendo um fator determinante para manter relações econômicas sólidas e duradouras. Nesse contexto, existem amplas possibilidades de geração e complementação energética com o Peru e a Guiana, que poderia se tornar membro do CAF.

Quanto ao fortalecimento dos sistemas de distribuição energética, especialmente do gás como combustível de transição, está em andamento um projeto que poderá conectar a produção de gás de Vaca Muerta, Argentina, a Porto Alegre, Brasil. O CAF apoia a iniciativa, podendo financiar trechos de conexão até o destino final.

Desenvolvimento Econômico das Comunidades Fronteiriças

As regiões fronteiriças na América Latina têm sido as menos desenvolvidas, apresentando hoje deficiências marcadas em termos de serviços básicos. A situação descrita repercute na economia regional, relegando os habitantes a viver em um contexto de vulnerabilidades sociais. O CAF buscará, portanto, fortalecer a infraestrutura fronteiriça em territórios urbanos, com diferentes estratégias e ações que envolverão municípios, estados e bancos de desenvolvimento.

Nesse sentido, será buscada a implementação de operações que aprimorem a infraestrutura em áreas de conectividade física e mobilidade, saneamento, espaços públicos, gestão ambiental e transformação digital nas cidades de fronteira e capacitar o capital humano. A ação se concentrará nos municípios fronteiriços dos estados do Acre, Rondônia, Amazônia, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, e naqueles situados na tríplice fronteira Argentina-Brasil-Paraguai.

Construção de consenso político e canalização de recursos extrarregionais

O CAF deve se posicionar como facilitador de consensos políticos na região, incluindo a iniciativa pela Integração e Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (ILAT), apoiando a elaboração de planos regionais, como por exemplo: plano de logística regional, estratégia de interoperabilidade ferroviária, interoperabilidade logística, e conseguindo atrair investimentos de parceiros extrarregionais.

No Brasil, o CAF deve orientar suas atividades de integração, preferencialmente, em áreas de fronteira para atender tanto à questão física quanto à transferência tecnológica e energética da região, considerando todo o potencial logístico para alavancar o

desenvolvimento socioeconômico e, conseqüentemente, o desenvolvimento sustentável.

Inclusão & Igualdade

Apoiar o desenho e a implementação de políticas públicas de inclusão, igualdade racial e de gênero

A Estratégia País 2024-2026 buscará apoiar o Brasil nas ações que garantam os direitos e a igualdade de oportunidades para a população afrodescendente, povos indígenas, pessoas com deficiência, mulheres e população LGBTIQ+; nesse sentido, são indicadas as seguintes linhas de ação:

Igualdade Racial, Povos Indígenas e Diversidade Cultural

Hoje, o Brasil aposta na reconstrução e unidade do país, destacando questões relacionadas à justiça social e ambiental, equidade racial, direitos humanos e patrimônio cultural como impulsionadores do desenvolvimento econômico e social. O Brasil é um país fundamental para a agenda de Diversidade Étnico-Racial do CAF, pois possui investimentos em diversas áreas de desenvolvimento alinhadas com a Estratégia Corporativa até 2026.

No âmbito da nova agenda política e social do país, destacamos o fortalecimento do contexto institucional em matéria de diversidade que tem sido construído e através do qual buscaremos impulsionar iniciativas que promovam a geração de renda, proteção do patrimônio, integração, visibilidade estatística, desenvolvimento econômico e territorial, proteção ambiental, inovação e tecnologia nas comunidades étnicas como eixos-chave para avançar em uma agenda de oportunidades estratégicas no Brasil. Nesse contexto, nossa proposta de intervenção para o país propõe os seguintes eixos:

- **Desenvolvimento de Políticas:** apoiar o desenvolvimento institucional do Governo do Brasil para promover programas, projetos e políticas públicas direcionadas à população negra e indígena, buscando fortalecer o marco legislativo que respalda a concepção e implementação de políticas com foco étnico-racial.
- **Alianças com Identidade:** a partir do CAF, propomos impulsionar no Brasil a ampliar sua atuação pela diversidade étnico-racial. Atualmente, o CAF possui liderança e o objetivo é impulsionar coalizões de atores para o desenvolvimento. Isso inclui comunidades, setor privado, acadêmico e setor subnacional, visando aumentar a incidência e visibilidade dos assuntos étnico-raciais nas agendas de desenvolvimento do país.
- **Participação Econômica e Digital Ativa:** o Brasil possui grandes oportunidades econômicas para sua população étnica do CAF, buscaremos

promover a inclusão no mercado de trabalho e a geração de renda, com o objetivo de consolidar ecossistemas favoráveis para o desenvolvimento e a vida digna em ambientes urbanos e rurais, impulsionando o empreendedorismo afrodescendente e indígena.

Inclusão de pessoas com deficiência

A Estratégia de Inclusão de Pessoas com Deficiência do CAF tem como propósito transformar o paradigma cultural sobre a deficiência, rumo a um modelo social que busca eliminar as barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam para acessar seus direitos humanos. Nesse sentido, o CAF tem o potencial de apoiar os governos subnacionais com intervenções que contribuam para eliminar as barreiras que limitam a plena autonomia desse grupo. Para isso, esta Estratégia visa atuar em três áreas de ação:

- **Acessibilidade Universal:** assegurar que a infraestrutura e o espaço público das cidades sejam verdadeiramente inclusivos para todas as pessoas com deficiência.
- **Inclusão comunitária:** aproximar as pessoas com deficiência dos territórios ao acesso efetivo aos direitos derivados das políticas públicas, com o objetivo de que possam desenvolver suas vidas em suas comunidades de forma autônoma e sem institucionalizações.
- **Esporte para o desenvolvimento:** apoiar e difundir o esporte para pessoas com deficiência tanto em nível comunitário quanto de alto rendimento, com o objetivo de favorecer o desenvolvimento pessoal e a mudança cultural em relação à deficiência.

Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres

Para a Estratégia de Igualdade de Gênero, identificam-se os seguintes eixos de ação no país:

- **Fortalecimento institucional:** o CAF está apoiando o Ministério das Mulheres em seu fortalecimento para poder identificar, analisar, monitorar e avaliar todas as políticas voltadas para as mulheres desde o governo federal. Esta colaboração é uma oportunidade para aprofundar potenciais ações relacionadas ao negócio, a curto e médio prazo.
- **Autonomia física:** o CAF tem a oportunidade de apoiar as ações em torno da prevenção, enfrentamento e punição da violência de gênero, com foco no Programa Mulher Viver sem Violência, que inclui a construção de abrigos para vítimas de violência baseada em gênero (VBG) e a ampliação da rede de assistência às vítimas; bem como o fortalecimento das patrulhas *Maria da Penha*, especialmente no treinamento do pessoal e no equipamento adequado para suas tarefas. Além disso, identifica-se o potencial de explorar o apoio ao desenvolvimento e implementação de Planos contra a VBG em nível subnacional

e ações para prevenir, enfrentar e punir a violência e discriminação sofridas pela população LGBTQIA+;

- **Autonomia econômica:** tanto a banca nacional de desenvolvimento quanto a comercial constituem uma oportunidade para promover a inclusão financeira ou o acesso das mulheres ao crédito e abrir caminho para a população LGBTQIA+. Há evidências de que o setor financeiro do Brasil tem vocação para oferecer produtos financeiros com perspectiva de gênero e o CAF pode se posicionar como aliado estratégica. Além disso, o CAF quer se destacar como parceiro na implementação da Política Nacional de Cuidados, que está sendo atualmente projetada por um Grupo de Trabalho Interministerial liderado pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

5. Referências

Andrade I, Hillebrand, G, Santos, T, Montalverne, T e Carvalho, A. (). "Pib do mar brasileiro, motivações sociais, econômicas e ambientais para sua mensuração e seu monitoramento". IPEA. Texto para discussão 2740.

Arbache, J. (2022). "Powershoring". Valor económico.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2019). "Estratégia do grupo BID com o Brasil 2019-2022".

Banco Mundial. (2017). "Quadro de parceria de países para o Brasil". Unidade de Country Management Brasil, Região América Latina e Caribe.

Bijos, L. (2010). "O Brasil como potência regional e sua importância estratégica junto aos países da América do Sul". Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI.

CAF-Banco de Desenvolvimento da América Latina. (2021). "Caminhos para a Integração". Relatório de Economia e Desenvolvimento. Vice-Presidência do Conhecimento.

CAF-Banco de Desenvolvimento da América Latina. (2023). "Como o Powershoring pode colaborar para a descarbonização e o desenvolvimento econômico da América Latina e do Caribe". Resiliência com Eficiência.

CAF-Banco de Desenvolvimento da América Latina. (2023). "Estratégia para a Transformação Digital dos Setores Produtivos na América Latina". Vice-Presidência de Infraestrutura.

CAF-Banco de Desenvolvimento da América Latina. (2023). "Iniciativas Estratégicas do CAF 2023-2026". Documento interno.

CAF-Banco de Desenvolvimento da América Latina. (2023). "Reflexões sobre a economia verde e o powerhoring".

Coligação Brasil da esperança. (2022). "Diretrizes para o programa de reconstrução e transformação do Brasil Lula Alckmin 2023-2026".

Comisión de Financiamiento Externo del Ministerio de Planificación y Presupuesto. "Resolución COFLEX N° 80". 15 de diciembre de 2023.

Confederação Nacional da Indústria. (2023). "Mobilidade urbana no Brasil: marco institucional e propostas de modernização". Confederação Nacional da Indústria. – Brasília: CNI, 2023.

DallAgnol, A. (2021). "Importância da Amazônia para o Brasil e para o mundo". Blogs.canalrural.com.br.

Jornal El País. (2023). "O impulso regional de Lula". Editorial.

Ação Climática e Gestão Positiva da Biodiversidade. (2023). "Amazônia 2030. Sustentável, Inclusivo e Resiliente." Documento interno.

Gestão do Desenvolvimento Urbano e Economias Criativas. (2023). "Estratégia 2022-2026". Documento interno.

Gestão do Desenvolvimento Urbano e Economias Criativas. (2023). "Rumo à construção de biodiversidades na América Latina e Caribe". Documento interno.

Gomes, G. (2023). "O Marco regulatório do saneamento básico no Brasil continua fragmentado, apesar das mudanças recentes". Classificações S&P.

Hanusch, M. (2023). "Delicado Equilíbrio para a Amazônia Legal Brasileira". Banco Mundial.

HCC energia solar. (2022). "Energias renováveis Brasil: entender por que você deve investir nisso!".

Hoover, N. (2021). "Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia". Financiamento internacional para conservação da Amazônia e manejo sustentável. GEF.

Instituto Trata Brasil. (2018). "Painel Saneamento Brasil".

Iturralde, P., & Hogan, V. (2022). "Os Impactos Ambientais da Mudança do Uso da Terra". Humanos por abundância.

Kobina, M., Gil, E. (2022). "Hidrogênio verde: um investimento fundamental para a transição energética". Blogs do Banco Mundial.

Konrad Adenauer Stiftung. (2022). "Plano de Governo dos Principais Candidatos Brasileiros à Presidência da República (2023-2026)".

Lopez, O. (2019). "Documentar Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento no Brasil". Documento Interno.

Lopez, O. (2023). "Documentar Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento no Brasil". Documento Interno.

McKinsey & Empresa. (2021). "Hidrogênio Verde: uma oportunidade para criar riqueza sustentável no Brasil e no mundo".

Menezes, A. (2022). "Brasil, Nota setorial sobre o setor de saneamento". Diretoria de Análise e Avaliação Técnica de Água e Saneamento.

Ministerio de Hacienda. "Plano de Transformação Ecológica". 16 de Mayo de 2024

Ministerio de Planificación y Presupuesto. Plano Plurianual para 2024-2027. 14 de diciembre de 2023.

Moniz, L. (2008). "O Brasil como potência regional e importância estratégica de América do Sul na sua política exterior". Temas e nuances. Mercosul.

Raiser, M., Clarke, R., Procee, P., Briceño-Garmendia, C., Kikoni, J., Kizito, J., & Viñuela, L. (2017). "De Volta ao Planejamento: Como Preencher a Lacuna de Infraestrutura no Brasil em Tempos de Austeridade". Banco Mundial.

Salgado, B. (2016). "O papel do Brasil na integração regional latino-americana". Diálogos Internacionais.

Workshop Visão Estratégica Brasil. (2023). Apresentações temáticas oferecidas pela gestão do CAF e áreas de negócios. Montevideu, Uruguai.

Verdélío, A. (2023). "Novo plano de desenvolvimento terá seis eixos". Agência Brasil.

Wexell, L. (2022). "A retomada do Brasil como locomotiva da integração". Tempo do mundo, Nro. 30. IPEA.

Zelikow, D.; & Savas, F. (2022). "Atenção à lacuna: hora de repensar o financiamento de infraestrutura". Obtendo financiamento de infraestrutura corretamente.

"Este documento contém informações relacionadas à estratégia nacional da CAF, em vigor até a data. Sua publicação e distribuição foram previamente acordadas com as contrapartes governamentais correspondentes. O conteúdo deste documento foi preparado de acordo com a Política de Acesso à Informação e Transparência Institucional do CAF - banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe, disponível em www.caf.com. Para mais informações, escreva para transparencia@caf.com".